

# Parceria ajuda a salvar hospitais

São Paulo — A Secretaria estadual de Saúde financiou a restauração de seis hospitais desativados na Grande São Paulo, que atenderão exclusivamente pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). A recuperação foi possível por meio do projeto de parcerias do governo paulista, no qual a secretaria retoma e reestrutura hospitais abandonados e oferece a administração a uma instituição filantrópica. Já há contratos de parceria em hospitais no Itaim Paulista, Pedreira, Carapicuíba, Grajaú, Itapeirica da Serra e Pirajussara.

Segundo o secretário da Saúde, José da Silva Guedes, até o fim do ano, mais três hospitais terão contratos de parceria. “A nossa prioridade é oferecer leitos para a região da Grande São Paulo, onde a falta é mais acentuada”, explicou o secretário.

No total, 23 hospitais do estado foram assumidos pela Secretaria de Saúde, todos com suas construções paralisadas. A tarefa de concluir as construções e equipar o hospital coube à secretaria. A contratação de funcionários, médicos e administração ficaram a cargo do parceiro.

O projeto, desenvolvido em 1995 pelo governo do estado, estipulou que o parceiro fosse uma entidade filantrópica. “Queríamos que o hospital renovado tivesse um caráter público, mas não estatal”, disse Guedes. Num primeiro momento, a secretaria foi procurada por muitas instituições privadas, entre elas fundos de pensão e empresas de medicina de grupo.

## PROPOSTAS

Segundo o secretário, as propostas das empresas eram tentadoras: se propunham a concluir a obra inacabada e aparelhar o hospital, além de assumir a administração, em troca de uma garantia de exploração de determinado número de leitos para atendimento particular. Guedes recusou a proposta, pois queria hospitais que atendessem em 100% o SUS.

As entidades que já firmaram parcerias com o estado — como o Serviço Social do Sindicato de Construção Civil, a Universidade Federal de Campinas e a Universidade Santo Amaro — receberão uma ajuda mensal da secretaria de R\$ 500 mil, para auxiliar na administração, além de pagamento pelo atendimento do SUS.

Uma comissão, formada por representantes da Secretaria de Saúde, do Conselho Estadual de Saúde e da Assembleia Legislativa paulista, acompanhará o trabalho do parceiro para garantir que haverá verba suficiente para oferecer o atendimento médico à população.